

ATA N.º 23/2017

---- Reunião extraordinária do dia seis de dezembro de dois mil e dezassete.-----

---- No dia seis de dezembro dois mil e dezassete, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo extraordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Orçamento Municipal 2018-----
- Mapa de Pessoal 2018-----
- Acordos de Execução – Renovação-----
- Agim – Contratos-programa-----
- Proposta de Apoio à JAP-----

Período da Ordem do Dia

Orçamento Municipal 2018: - O presidente da câmara municipal efetuou uma apresentação exaustiva do relatório, designadamente sobre as propostas apresentadas pelo PSD, explicando as que foram acrescentadas e aquelas que já constavam do documento inicial.-----

O vereador Paulo Martins interveio para dizer que, os projetos aprovados no orçamento participativo deviam ser executados no próprio ano, mesmo que, para esse efeito, tivessem que ser ajustados os procedimentos relacionados com esse processo. Mais referiu que, a sugestão apresentada pelo PSD, quanto à manutenção dos equipamentos, onde acrescentou que alguns pareciam encontrar-se abandonados, na sua proposta pretendiam que fosse criada uma equipa de trabalhadores com os meios necessários para serem feitos os trabalhos de manutenção permanente e, principalmente, nos caminhos pedestres na ecopista e nas estações museológicas.-----

O vereador Pedro Lobo referiu que, a proposta do PSD, quanto ao empreendedorismo, não era só com a criação de gabinetes, mas, acima de tudo, para serem criadas formas de divulgação dos atuais gabinetes e existir um local onde fossem encaminhados os interessados na criação de novos negócios ou investimentos.-----

O vereador Ricardo Silva referiu que, embora existindo projeto de remodelação do Cemitério de Cedrim e arranjos dos espaços exteriores, para a mobilidade de pessoas, o mesmo apresentava-se essencial para a resolução desse problema, pelo que deveria ser dada prioridade à sua execução.-----

Para cumprimento do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborada a proposta de orçamento e as opções do plano, destinados à sua aprovação pela Assembleia Municipal, conforme o estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 25º da Lei acima referida. O orçamento deste Município para o próximo ano económico é de € 11 500 000,00 (onze milhões, quinhentos mil euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de Fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2018 em € 6 366 188,00 (seis milhões, trezentos e

sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 5 500 000,00 (cinco milhões, quinhentos mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 866 188,00 (oitocentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito euros).-----

Depois de levado este ponto à votação, o órgão executivo aprovou, por maioria, a proposta do Orçamento Municipal para 2018 a apresentar à aprovação por parte da Assembleia Municipal, conforme determina a legislação em vigor.-----

Votação: 4 votos a favor, de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, vereadores; 2 abstenções, de Paulo César de Bastos Martins e Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, vereadores, com apresentação de declaração de voto; e 1 voto contra, de Ricardo Manuel Tavares da Silva, vereador, com apresentação de declaração de voto. -----

O presidente da Câmara Municipal transmitiu que, a proposta apresentada pelos vereadores da oposição não continha sugestões objetivas nem quantificáveis, tendo apenas sido apresentadas vontades. -----

As declarações de voto fazem parte integrante desta ata e os originais serão arquivados junto dos demais documentos desta reunião. -----

Mapa de Pessoal 2018: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018. Analisado o documento, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, submeter o Mapa de Pessoal 2018 à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 29º da Lei 35/2014, de 20 de junho, e a competência dada pela alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votaram a favor: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, vereadores. -----

Acordos de Execução – Renovação: - O órgão executivo aprovou, por unanimidade, a renovação dos Acordos de Execução celebrados com as Juntas de Freguesia, uma vez que as freguesias continuaram a realizar os trabalhos indicados nos acordos e o processo de revisão das competências a delegar nos termos do artigo 132º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro já foi iniciado.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 134 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votaram a favor: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, vereadores. -----

Agim – Contratos-programa: - Foi dado conhecimento, ao órgão executivo, do conteúdo da informação n.º 24-DAF/2017, e decidido remeter novamente a proposta com cópia do primeiro contrato-programa celebrado com a Agim, e respetiva informação financeira, mais a documentação do contrato-programa para 2018, incluindo a referida informação.-----

Proposta de Apoio à JAP: - Na sequência do pedido apresentado pela JAP, para a realização de diversos trabalhos de remodelação e instalação de equipamentos, conforme consta da candidatura apresentada ao Programa PRID, com despesas que rondarão os € 24 500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos euros) e uma comparticipação de € 6 000,00 (seis mil euros) do IPDJ ao abrigo daquele programa, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio no valor de € 6 000,00 (seis mil euros), bem como a realização dos trabalhos que possam ser executados por administração direta, com recurso aos trabalhadores da autarquia.-----

Votaram a favor: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, vereadores. -----

--- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

Declaração de Voto

As dezenas de páginas, que nos foram enviadas fora do prazo legal no nosso entender, prazo esse que são dois dias uteis como se pode ver na lei nº75/2013, artigo 51º e 53º (teriam que ser entregues na passada 5ª feira), não nos permitem fazer uma análise, cuidada, rigorosa e sensata desta proposta de orçamento. Somente na segunda-feira passada, (14:47h), nos foram enviados os documentos, necessários para esta reunião, é assim humanamente impossível organizar e verificar tudo em tão pouco tempo, achamos por isso uma falta de respeito pela oposição, uma falta de respeito pela lei e uma falta de respeito pelos Severenses. Ficamos também a perceber, como este executivo, trata e gere os assuntos e destinos do nosso município. Este comportamento inviabiliza que a oposição de uma forma sensata, possa contribuir para a realização deste orçamento Municipal. Irei ponderar muito bem o que fazer em relação ao não cumprimento dos prazos de entrega dos documentos necessários a esta reunião.



R
AF

Grupo Municipal do PSD de Sever do Vouga

Declaração de Voto dos Vereadores

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga

Ex.mos Sr.s Vereadores.

No passado dia 29 de Novembro, em reunião com o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, propusemos um conjunto de propostas a incluir no Orçamento Municipal para 2018.

Essas propostas tinham como objectivo o estabelecimento de medidas efectivas por forma a, já de imediato, estancar o fenómeno da desertificação, combater o desemprego – que só não é mais visível devido ao êxodo da nossa população para os Concelhos vizinhos – ao apoio da população mais carenciada e que necessita de mais apoios – nomeadamente a população idosa – e, finalmente, estabelecer uma estratégia com objectivos concretos que nos permitisse, já no final do próximo ano, concluir positivamente da sua eficácia.

As propostas entregues tiveram em conta o facto de não as vermos representadas – de uma forma concreta – na proposta de Orçamento que V/ Exas apresentaram. Tendo em conta os vários anos de experiência que V/ Ex^{as} têm na gestão municipal, gostaríamos de ver, a par das medidas apresentadas na V/ proposta, um conjunto de dados que permitissem aferir a eficácia da implementação dessas mesmas medidas.

Face à V/ resposta perante as nossas propostas – que agradecemos – a ideia que transparece é que a maior parte das medidas que sugerimos já estão ou irão ser apresentadas sem que, no entanto, as mesmas não sejam do conhecimento da população em geral e sem que se veja nenhum resultado da sua execução. Leva-nos a crer que as medidas que V/ Ex^{as} afirmam já estar a executar e a forma como as executam não está a ter um resultado eficaz. Urge, portanto, haver uma reformulação da forma como estão a ser executadas porque, a continuar por este caminho, parece-nos claro que nada vai mudar e que os pressupostos nos quais nós fizemos as propostas se manterão no próximo ano e nos anos vindouros.

É pois necessário, para uma correcta avaliação da execução das medidas, que se estabeleçam prazos e objectivos concretos para que em tempo útil – uma vez que V/ Ex^{as} não manifestam vontade de o fazer de imediato – se possa optar, como nós entendemos, por uma estratégia diferente com vista ao real desenvolvimento do nosso Concelho.

Tendo em conta a situação actual, não basta dizer que as medidas estão a ser implementadas – como ouvimos todos os anos – urge, portanto, ir mais além, fazer mais, ser mais eficaz e provar, com números, que essas medidas estão efectivamente no terreno e a surtir o efeito que era desejado.

Não podemos deixar para a última hora que se tomem decisões estruturais. Este Orçamento deve ser a pedra basilar na prossecução de uma estratégia de desenvolvimento, que vise o planeamento faseado com vista à resolução dos problemas mais prementes do nosso Concelho, servindo como



exemplo o conjunto de propostas que fizemos que visavam a criação de uma estratégia com o objectivo claro do aumento de incentivos à fixação de pessoas e empresas.

Face ao exposto e embora convictos de que a estratégia por Vós delineada não conduzirá Sever do Vouga a um porto seguro com futuro, porque mantemos a esperança de que ao longo do ano da execução deste orçamento V/ Ex^{as} possam ainda redefinir as V/ medidas tornando-as mais objectivas e eficazes, a nossa decisão é no sentido da abstenção.

Os Vereadores



Paulo César Martins



Pedro Lobo